



GT - 06: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

A MODERNIZAÇÃO VERDE DA CIDADE: a mercantilização espacial através do planejamento empresarial

Autor: Leandro Di Genova Barberio

Filiação institucional: Programa de Pós-graduação em Geografia – Unesp (Campus Rio Claro)

E-mail: leandro.g.barberio@unesp.br

Autor: João Paulo Rosalin

Filiação institucional: Programa de Pós-graduação em Geografia – Unesp (Campus Rio Claro)

E-mail: joao.rosalin@unesp.br

Autor: Fabrício Gallo

Filiação institucional: Professor de Geografia – Unesp (Campus Rio Claro)

E-mail: fabricio.gallo@unesp.br

(ATENÇÃO: Não se identifique na primeira submissão)

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão conceitual a respeito da modernização verde da cidade e apurar com um olhar analítico os produtos que essa ação mercadológica gera nos modelos de organização espacial e sua forma de promover o consumo da cidade. Será trabalhada a condição para o entendimento de como algumas espacialidades vistas como setores da cidade que servem como suporte para a circulação do capital e a ocupação empresarial estão cerceadas por estruturas destacadas como de sustentabilidade e de resiliência para uma qualidade de vida (como exemplo, citamos a criação de áreas verdes). A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica de produções científicas nacionais, levantamento de dados secundários, obtidos através de notícias e relatórios de grandes agências, além da realização de trabalhos de campo nas localidades mencionadas no texto.

Palavras-chave: Modernização; Espaço Geográfico; Áreas Verdes.

1. INTRODUÇÃO

O debate a respeito do território e os diferentes usos praticados, por agentes nacionais e

internacionais, está permeado pela discussão da modernização e transformação do espaço geográfico de acordo com a intencionalidade de agentes privados (SANTOS, 2002). A relação de aprofundamento desse movimento conduz a uma releitura teórica sobre a sistematização dos conceitos, visando compreender como essa atuação mercadológica de refuncionalização do espaço geográfico, está combinada aos moldes de pensar o planejamento urbano e a organização das cidades corporativas.

O meio técnico-científico-informacional serviu como base para os novos direcionamentos que o território recebeu de acordo com os investimentos de empresas (e/ou, também, do Estado) com o interesse na modernização da cidade. Esse aparato tecnológico instituiu os movimentos de inserção e reordenamento de objetos e ações do espaço geográfico, configurando uma *tecnosfera* que induziu a uma *psicosfera* com normativas de refuncionalização para localidades específicas do território (SANTOS, 2002). Desse modo, o espaço urbano passa a ser oferecido como mercadoria, atrelado ao discurso da ressignificação para a modernização, simbolizando como cada lugar será ajustado de acordo com medidas de um empresariamento da cidade (HARVEY, 1996).

Diante desses movimentos históricos, a reformulação ocorrida nas práticas políticas e econômicas alteraram o padrão de *cidade-fábrica*, para o paradigma neoliberal de *cidade-empresa* (HARVEY, 2005). A definição de *cidade-empresa* conecta-se às novas proposições e definições que aparecem nas novas normativas da modernização cidadina. Através de uma visão analítica, torna-se nítido como esse processo de alteração das estruturas urbanas foi direcionado pelas intencionalidades da gestão empresarial. O uso intensivo de recursos tecnológicos esteve presente nos discursos para a refuncionalização dos objetos e dispositivos urbanos, aparecendo como indicativos de resolução dos problemas socioespaciais (MENDES, 2021).

Desse modo, esse procedimento visou garantir melhorias para o planejamento urbano, combinando as condições de sustentabilidade e ampliação do novo aparato informacional, com o intuito de atingir uma melhor qualidade de vida (MENDES, 2020). Essa lógica envereda para os projetos de cidades inteligentes (*smart cities*), que se desenvolvem através de pilares da eficiência energética, da promoção da qualidade de vida e da preocupação com sustentabilidade ambiental, social e econômica, gerou um novo modo de pensar a organização e a inserção de áreas verdes nos territórios.

O desdobramento de novas propostas de melhoria para a produção do espaço urbano estão pautadas em sistematização de agentes empresariais que observam nas cidades uma arena de negócios. O discurso da sustentabilidade urbana, da economia verde, adotou abordagens inovadoras e práticas voltadas para a preservação do meio ambiente, visando atender a eficiência energética, junto da promoção de estilos de vida sustentável em pequenos quadrantes do espaço urbano. Nesse sentido, a inserção de áreas verdes em localidades urbanas específicas, geralmente associadas à circulação do capital e de estabelecimento de suas grandes infraestruturas, indicam como elementos destacados como ecológicos, de sustentabilidade e qualidade de vida, estão fixados nessas regiões denominadas como espaços empresariais.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é realizar uma discussão conceitual a respeito da modernização verde da cidade e apurar com um olhar analítico os produtos que essa ação mercadológica gera nos modelos de organização espacial e sua forma de promover o consumo da cidade. Será trabalhada a condição para o entendimento de como algumas espacialidades vistas como setores da cidade que servem como suporte para a circulação do capital e a ocupação empresarial estão cerceadas por estruturas destacadas como de sustentabilidade e de resiliência para uma qualidade de vida (como exemplo, citamos a criação de áreas verdes).

A metodologia consiste em um levantamento e uma revisão bibliográfica de produções científicas nacionais, de dados secundários, obtidos através de notícias e relatórios de grandes agências, além da realização de trabalhos de campo nas localidades mencionadas no texto. O trabalho de campo esteve associado com a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), realizada no período de 09 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023, em Buenos Aires - Argentina. O intuito da pesquisa em questão foi analisar os processos de financeirização do território associados à gestão mercadológica e empresarial proporcionada por agentes do mercado financeiro. Diante disso, foram encontradas junto das discussões e da realização dos trabalhos de campo para a pesquisa na Cidade Autônoma de Buenos Aires, a relação da problemática apresentada neste ensaio.

Associados ao trabalho de campo na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), foram realizados trabalhos de campo na cidade de São Paulo (SP - Brasil), para estabelecer um paralelo comparativo entre as duas cidades, visando entender as regularidades existentes nos

fenômenos e como decorre essa padronização socioespacial verde em distintas metrópoles latino-americanas.

2. A MODERNIZAÇÃO VERDE COMO ATRIBUTO DO PLANEJAMENTO URBANO MERCADOLÓGICO

A modernização do território caminha junto de aspectos que induzem a uma renovação dos objetos vistos como de caráter geográfico. A cidade, nesse novo contexto de automatização e ampliação digital dos canais de informação, conformou um nível de intencionalidade dos investimentos para caminhar sob uma lógica de propagação de tecnologias, que se associam ao discurso de cidade verde¹ e/ou cidades inteligentes.

A concentração do capital e sua monopolização estendeu a ascensão de grandes instituições hegemônicas e as suas personalizações para essa exploração discursiva do tecnológico como algo avançado, denominando os símbolos e os *slogans* dos agentes do capital mundializado como categorias para a modernização territorial. Através desse movimento de modernização tecnológica, a produção de espaços verdes adentrou à prática de reformulação e refuncionalização urbana, ocorrendo tal fato mediante os discursos produzidos de cidade sustentável, cidade ecológica e cidade verde (RIBEIRO, 2014). O modelo de cidade ecológica, sustentável e verde, aparece imbricada ao discurso de cidade inteligente, produzindo uma padronização empresarial do espaço urbano (HARVEY, 1996).

As práticas ideológicas neoliberais e a derivação política de um modelo de pensar a cidade, conduziu a ação de agentes hegemônicos na organização da cidade e na rotulação de “espaços verdes” (RIBEIRO, 2014). Desse modo, modernizar a cidade de acordo com novos pressupostos de conferências internacionais e entidades mundializadas, estabelece o moderno como movimento de reprodução verde para a qualidade de vida.

Esse fato das práticas neoliberais e o planejamento de mercado consolida a discussão de como esse movimento busca um ideal de transformação moderna que se associa à ação de agentes externos. Como destaca Castilho (2010), o conceito de modernização, que hoje aparece como um apêndice de situações relacionadas à expansão da globalização e às discussões que

¹ Cidades verdes são espaços urbanos autossuficientes e sustentáveis que buscam melhoria na qualidade de vida da população.

envolvem a Geografia, está a representar uma das condições básicas para o entendimento do que é o planejamento e as disposições desse processo na totalização do espaço geográfico.

Nesse sentido, a discussão de Machado (1970) expõe uma evidente influência que a técnica e sua intencionalidade exercem sobre os elementos de coesão espacial, uma vez que variáveis exercidas através de medidas nas infraestruturas, propagam o discurso de modernização do território, junto de métodos de produção e sua essencialidade do sistema capitalista (SANTOS, 2002). Novos usos, normas, objetos e racionalidades são produtos desse movimento, assim, assumindo o papel ativo do espaço geográfico que seleciona as possibilidades advindas do movimento da totalidade-mundo e os agentes particulares do capital.

Castilho (2010) chama atenção para as possibilidades e estruturas que estão imbricadas na sucessão de formas que se associam à modernização:

O conceito de modernização, nesse sentido, é abrangente, já que está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território. Para se expandir espacialmente, a modernização entra no jogo dos debates teóricos e geralmente é justificada ideologicamente nas instituições acadêmicas, no universo político e nos meios de informações. Assim, modernização não se refere, única e exclusivamente, às transformações que se processam nos meios de produção e nas bases técnicas, pois envolve um conjunto de valores que, advindos de uma determinada classe social, se apresenta com forte caráter ideológico (CASTILHO, 2010, p.127).

Essa lógica apresentada pelo autor remonta às discussões de como o planejamento está associado às ações que visam uma nova forma de pensar a cidade, a partir de uma visão ideológica de materialização empresarial. A lógica adotada no processo de inovação e renovação, mediante a proliferação explosiva de novas formas de constituição espacial, operacionaliza um sistema destrutivo para algumas parcelas da sociedade, uma vez que junto dos sistemas de modernização, aparecem condições de degradação social em seus diferentes processos de reestruturação territorial (VIANA, 2009; CASTILHO, 2010).

A derivação desse formato prosperou sob a ótica de pensamentos exportados de lógicas europeias do que é a cidade e seu modelo “moderno” de organização. O planejamento aparece

caracterizado como um dos elementos fundamentais para a compreensão organizativa do que é o espaço urbano, e suas relações contraditórias e complexas (SANTOS, 2005). A modernização capitalista do espaço requer transformações em todo o conjunto que organiza a economia, suplantando o que já existia no lugar com novas ações, objetos e usos do território, que refletem a forma como se movimenta a totalidade-mundo. Há agora uma racionalidade hegemônica sobre o planejamento, que favorece a acumulação de capital ao estimular o consumo. As sociedades se transformam a partir do desempenho instrumental lançado pelo modelo dominante de planejamento (SANTOS, 1999).

Diante desse olhar apurado, as discussões acerca da construção de *áreas verdes*, conceito apresentado como sinônimo de localidades caracterizadas como um tipo especial de espaço livre, na qual o objeto fundamental de sua composição é a vegetação, estão ligadas a movimentos de satisfação na construção de padrões estéticos e ecológicos-ambientais (CAVALHEIRO *et al.*, 1999). Dessa forma, lugares contidos dentro de setores específicos da cidade, como parques, praças, bosques, balneários, *playgrounds*, *camping*, margens de rios e lagos são consideradas áreas verdes e adentram aos princípios e às lógicas de qualidade de vida e de modernização do espaço urbano. Porém, vale a indagação de como estão distribuídos esses pontos no espaço e quais agentes usufruem dessa lógica da modernização verde.

A produção de áreas verdes condiciona o entendimento do avanço para a especialização de partes do território, indicando como uma nova etapa para atingir os níveis de formação que são sustentados em critérios europeus de cidade-modelo. A marca do moderno, do moderno-natural, da cidade dos corredores verdes, da arborização², concretiza o caráter de seletividade para investimentos e organizações no espaço geográfico, trazendo consigo aspectos do processo de crescimento nas formas de urbanização que estão atreladas aos nexos da modernização como exemplos de melhoramento na qualidade de vida (JUNIOR, 2019).

A ideia do território como produto da gestão empresarial, forma a base para as discussões do planejamento corporativo, da cidade inteligente e, conseqüentemente, da cidade verde resiliente (SANCHEZ, 2003; MENDES, 2021). A noção de resiliência urbana remete a elaboração de estratégias de financiamento para a implementação de ações, que contemplem a

² A Arborização Urbana se destaca como um conceito que apresenta elementos vegetais de porte arbóreo no ambiente urbano, realizando uma revitalização de espaços verdes, atrelados a qualidade de vida.

construção de áreas verdes, no uso e ocupação do solo sustentável, projetando tecnologias para novos padrões de vida e na mobilidade urbana sustentável (BALTAZAR, 2010).

Klink (2017), aponta como as cidades e sua centralidade de discussão estão atreladas aos novos movimentos que direcionaram sua organização nos últimos 50 anos, indicando que essas medidas estiveram totalmente associadas às ações de avanço do neoliberalismo. Os entrelaçamentos que ocorreram entre o espaço, tempo e as novas interpelações das finanças, aprofundaram os níveis de transformação do solo urbano e suas bases de organização. A condição estratégica para a gestão de porções do espaço geográfico, condicionou o sentido de modernização para os princípios de cidade do avanço tecnológico e de um aparato moderno de funcionamento de seus serviços, incluindo a sustentabilidade e elementos considerados naturais para essa centralidade de produção e organização da cidade.

O capitalismo que hoje atua diretamente na produção do planejamento das cidades modernas e/ou inteligentes (*smart cities*), apresenta uma gama de opções para a construção do espaço urbano regado em soluções para os problemas sociais da cidade através de princípios da cidade conectada, da cidade da informação, da mobilidade inteligente e de localidades ecológicas e sustentáveis.

As ações existentes no planejamento urbano e ambiental estão a transformar algumas relações existentes nas configurações populares de acesso à cidade. A modernização advém como um discurso para o avanço da modificação territorial, classificando o que lhe serve, junto da intencionalidade mercadológica para a refuncionalização (SANCHEZ, 2003; HARVEY, 1996). Desse modo, o que tem funcionalidade é incorporado às instâncias do moderno, junto de sua arena de interesse, sendo readaptado para sua modalidade de controle e as práticas que lhe convém enquanto o discurso social sustentável.

Portanto, nos perguntamos: como os modelos de cidades, frutos da expansão de agentes globais, se adequam à formação e condições socioespaciais brasileiras? Quais as interposições entre a modernização do aparato infraestrutural do espaço geográfico e suas *rugosidades*³, associadas a um movimento local de funcionamento? Diante da reflexão, torna-se notável

³ Rugosidades são formas produzidas em diferentes temporalidades que marcam a evolução da sociedade global, permanecendo como sobreposição das divisões do trabalho do passado e as formas novas que surgem como exigência funcional da divisão do trabalho mais recente (SANTOS, 2002).

como a impregnação crítica do discurso do modelo moderno de cidade ou locais vistos como padrões de áreas verdes, deve vir à tona para se pensar os sistemas de planejamento urbano e as condicionantes históricas existentes na origem do que foi definido como um movimento da mundialização capitalista e seus agentes.

3. A PSICOSFERA DE ASCENSÃO DO DISCURSO VERDE: A IDEOLOGIA SUSTENTÁVEL COMO MEIO DE COMERCIALIZAÇÃO ESPACIAL

A era da informação, junto da aceleração das trocas comerciais e capitalistas, está dotada de produções científicas e tecnológicas no controle das grandes empresas. Essa cientificidade é permeada, em seu caráter inicial, por intencionalidades corporativas/empresariais, que preterem a sociedade e seu modelo para construção de um bem-estar social em seus projetos, buscando cada vez mais lucratividade. O espaço urbano e o planejamento territorial tornam-se alvo dessas investidas, sendo caracterizados por medidas que usam a tecnologia como base para a padronização de organização de suas estruturas mercadológicas.

A globalização, consequência da atualização técnica e de um novo processo econômico de estruturação capitalista, destaca-se como um momento de difusão da produção socioespacial. Este período é marcado pelos interesses do mercado na busca por um padrão simultâneo e instantâneo de circulação de informações, de mercadorias e do consumo. O *meio técnico-científico-informacional* está subordinado ao processo de atuação das novas conexões globais de circulação do capital, apresentando uma articulação entre a produção de novas necessidades, que exigem uma consolidação nos usos e adaptações do meio urbano às necessidades de mercado (SANTOS, 2002).

Esse rearranjo do meio técnico-científico-informacional está inserido nos movimentos de mercantilização do espaço geográfico e seu ideal de modernização territorial. A nova situação geográfica (SILVEIRA, 1999) que se apresenta, se caracteriza pela difusão de uma *psicosfera*, movida pela dinâmica do consumo, e de uma *tecnosfera* (SANTOS, 2002), por meio da construção de macrossistemas técnicos que permitem e tornam necessária uma nova fluidez e gradativa integração do e sobre o território brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001). É o *éthos* específico que para Kahil (2013) se torna o fator fundamentalista da sociedade: o consumo premeditando a prática social.

Santos (2002) destaca que conceito de *psicosfera* se enquadra na lógica do reino das crenças, das ideias, sendo a linguagem dos sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época (KAHIL, 2013). O atual sistema de ações, cada vez mais imbuído de artificialidades, conduz a lógica com fins estranhos ao lugar e a seus habitantes, inserindo práticas que estão imbricadas a elementos internacionais. A crença nos discursos dos modelos de cidades verdes, como locais que trarão melhorias para qualidade de vida, que estabelecerão novos estágios de eficiência ambiental para os recursos verdes das cidades, está colocada como um produto dentro da *psicosfera* do moderno.

A ação de inserir áreas verdes nas cidades advém da representação dos discursos e mensagens associados à crença para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. A disseminação desse conjunto de práticas ambientais leva pessoas a acreditar que esses modelos de planejamento urbano ambiental apresentam redução nos problemas urbanos e sua falta de qualidade ambiental. A partir das especificidades e singularidades projetadas na promoção dos lugares, o *City Marketing*, que tem como objetivo a publicização da cidade para angariar investimentos financeiros, alavanca o desenvolvimento de pontos no espaço urbano que demonstrem qualidade de vida, conforto e requinte, atraem pessoas de diversas partes e são mantidos por instituições públicas e privadas (PASQUOTTO, 2022).

Para Cidrais (2001), os agentes territoriais assumem o papel mais importante para o desenvolvimento das cidades, ao concentrar ações, angariar recursos e na proliferação de dinâmicas que permitam uma forte organização das inter-relações. Neste sentido, as intervenções no espaço urbano e a produção de imagens construídas ou alteradas por processos comunicacionais, se revestem de forte intenção estratégica, uma vez que, conforme Ribeiro (1998), são os agentes modernizadores os responsáveis pela produção especializada da realidade urbana, ao exibir ou ocultar elementos significativos da paisagem urbana.

Conforme Venceslau (2023), há uma relação intrínseca entre a *psicosfera* contemporânea e a produção de recortes de modernização territorial. A circulação das ideias é acelerada pela técnica digital potencializando a ação da *psicosfera* a uma instantaneidade, produzindo padrões que, por vezes, antecipam a materialidade. “Destarte, a própria técnica digital, ela mesma, já chega por meio de empresas cuja ação remota a apresenta nas telas, que passou a ser também um componente do território”. Venceslau (2023, p. 204). Dessa forma,

podemos dizer que a ação informacional, por si própria, dilata a produção de imaginários e o despertar do consumo.

Como produto da mercantilização do espaço geográfico, as áreas verdes aderem a esse perfil de consumo da cidade. A implementação dessas localidades ecológicas, com o perfil de espaços naturais, abre margem para serem colocados como objeto de consumo espacial, uma vez que sua forma é vendida dentro do ideal de revitalização dos lugares. Esse ponto conecta e combina a discussão realizada, até o momento, a respeito da modernização, da lógica do planejamento mercadológico e sua demarcação com espaços vistos como regiões de concentração de escritórios empresariais.

O *city marketing*, os desdobramentos das cidades inteligentes, a ação de agentes do mercado, adjuntas às práticas de produção de áreas verdes, fazem com que o discurso de melhorias ambientais, atreladas a configuração ecológica e de qualidade de vida, seja vendida como um produto (VENCESLAU, 2023). Porém, esse produto não se distribui de forma homogênea pelo espaço urbano, estando presente em pontos específicos e associados a localidades que possuem uma infraestrutura com características tidas como “modernas”. A localização desses modelos de produção de fragmentos do espaço urbano, estão combinadas nos arredores de lugares que comportam a mobilidade e circulação do capital.

4. AS ÁREAS VERDES E A FRAGMENTAÇÃO MODERNA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A elaboração da imagem vendida como espaços verdes traz, em distintas escalas territoriais, como a propagação de seu produto se arranja em locais específicos da cidade. As ações verticalizadas proporcionam mudanças estranhas aos lugares com sua dinamicidade local própria, oficializando a operacionalização de um planejamento de mercado e corporativo (SANTOS, 2005). O propósito de construir um futuro sustentável aparece como marca para a redução dos atuais problemas ambientais que se destacam junto dos cenários das mudanças climáticas, produto esse, anexo as propulsões do mercado na difusão dos discursos de espaços verdes como solução.

A propulsão desse discurso toma forma diante de empresas de consultorias que colocam a problemática como um produto para atingir uma meta imposta por um padrão global. O princípio da harmonização estabelecida sobre formas do crescimento econômico, aparecem

perante o discurso de um uso eficiente de recursos, a proteção da biodiversidade, a redução da poluição e a mitigação das mudanças climáticas⁴.

Diante dessa colocação aparecem modos e modelos para a organização dos sistemas de transporte público, construção de ciclovias, programas de reciclagem, entre outras atividades que conduzem a uma revitalização espacial. As cidades localizadas no norte global aparecem como referência, sendo exemplos: Copenhague (Dinamarca), Vancouver (Canadá), Estocolmo (Suécia), entre outras localidades que comportam essas características. Como meio de atestar que essas cidades estão implementando políticas e práticas sustentáveis em seu território, são emitidos selos ou certificações que asseguram um bom nível dos serviços de energia, transporte, construção, resíduos e qualidade ambiental⁵, dando o sentido para o discurso mundializado dos modelos de cidades sustentáveis.

Nesse sentido, as cidades e suas formas se imbricam no conteúdo social das normatizações (ação, intencionalidade, ideologia, simbologia), para assim, junto dos movimentos da sociedade, realizar as transformações de organização do espaço e simultaneamente trazer novos pontos de partida para o restabelecimento dos movimentos de totalização (SANTOS, 2002). Desse modo, essa dinâmica estrutura a composição das formas-conteúdo por meio da dialética entre os fenômenos da sociedade, dando sentido aos processos de evolução/transformação do espaço geográfico.

A cidade, nesse contexto, é entendida como um complexo organizacional à mercê desses interesses e, ainda, parte relacional de uma rede de cidades que compete para atrair investimentos e oportunidades de desenvolvimento. Consistindo na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de sistemas de objetos que permaneceram inalterados no processo de transformação do espaço urbano, objetivando uma nova dinâmica urbana (SOTRATTI, 2015).

⁴ Informações extraídas de um site de uma empresa de consultoria. Disponível em <https://bio3consultoria.com.br/cidades-verdes-futuro-sustentavel/>. Acessado no dia 07 de junho de 2024.

⁵ As certificações de cidade sustentável e seus critérios de avaliação, associados a parâmetros desenvolvidos para a classificação de cidades inteligentes, foram encontrados em um site que oferece diagnósticos para a modernização de áreas urbanas. Disponível em: <https://www.brightcities.city/about-us>. Acessado em 15 de março de 2024.

O discurso para a artificialização das cidades aparece associado à necessidade de modelos que propiciem uma aplicabilidade eficiente, conectada e sustentável. Por meio de inovações tecnológicas, esses novos projetos urbanos buscam proporcionar um ambiente de desenvolvimento humano, que use os recursos naturais de forma sustentável e impulsione a economia local. A retórica para tal procedimento está imbricada ao discurso de uma *psicosfera* da modernização socioespacial, que por meio de eventos que se agregam a uma totalidade mundial, alteram a produção de um espaço social para um espaço mercantil (KAHIL, 2013).

O funcionamento da cidade torna-se marcado pela colocação da gestão técnica dos aparatos de sua infraestrutura. A solução para problemas de ordem social e de distinção de classes econômicas está imbricada nas idealizações das medidas de inteligência, a produção de áreas voltadas para a qualidade de vida, assim, apresentando a sustentabilidade como amenização para as problemáticas destacadas no processo histórico de formação do espaço urbano. Como representação dessas novas funcionalidades das cidades mencionadas anteriormente, serão apresentados recortes geográficos de lugares com as características urbanas da modernização verde na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA - Argentina) e de São Paulo (SP - Brasil).

A Cidade Autônoma de Buenos Aires destaca-se como localidade que abarca as lógicas políticas e econômicas do país. Dentro do sistema de centralidades de CABA, destaca-se suas regiões de Microcentro e Macrocentro, que têm sido o principal núcleo de comércio, serviços e emprego administrativo, a sede das funções políticas do Estado Nacional e do Governo municipal e com uma ampla gama de atrações turísticas (BLANCO, 2021). A valorização espacial, nesse perímetro, associa-se aos modelos de investimento imobiliário, dando origem a espaços de financeirização e apoio à circulação de capital (OUBA, 2023). Nessas áreas de concentração e circulação do capital encontram-se os espaços discutidos no texto como localidades vistas como espaços verdes, áreas ecológicas.

Os setores inteligentes das cidades são constituídos pela materialização densificada de aparatos tecnológicos, uma vasta rede de transportes com conexões de fácil deslocamento, formas modernas de infraestrutura, áreas de lazer e cultura, atrelando-se aos indicadores que formalizam os parâmetros de qualidade de vida (MENDES, 2021). Diante dessas estruturas

estão associadas os princípios de locais sustentáveis, amparado pelos recursos de harmonização paisagísticas e pelas formas naturais dentro do espaço urbano.

FIGURA 1 - A modernização da cidade e as praças como instrumentais de áreas verdes - Cidade Autônoma de Buenos Aires (Argentina).



Fonte: Autores. Trabalho de campo realizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, no bairro de Retiro (novembro de 2023)⁶.

A figura 1 apresenta a associação dos discursos da modernização verde às localidades de facilitação para essa apropriação e formalização. O bairro de Retiro, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, presente na região do Microcentro, é um exemplo para se discutir a condição do empresariamento urbano e sua estruturação espacial, visto que boa parte de suas estruturas e fixos estão conectadas ao funcionamento de escritórios de grandes empresas⁷ e suas margens para um ordenamento espacial voltado para o acelerado fluxo do capital e seu movimento de especulação. O padrão da harmonização verde torna-se presente nos contornos territoriais de Retiro, em que as praças, parques, entre outras espacialidades com essas características

⁶ Esse trabalho de campo esteve associado com a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE-FAPESP).

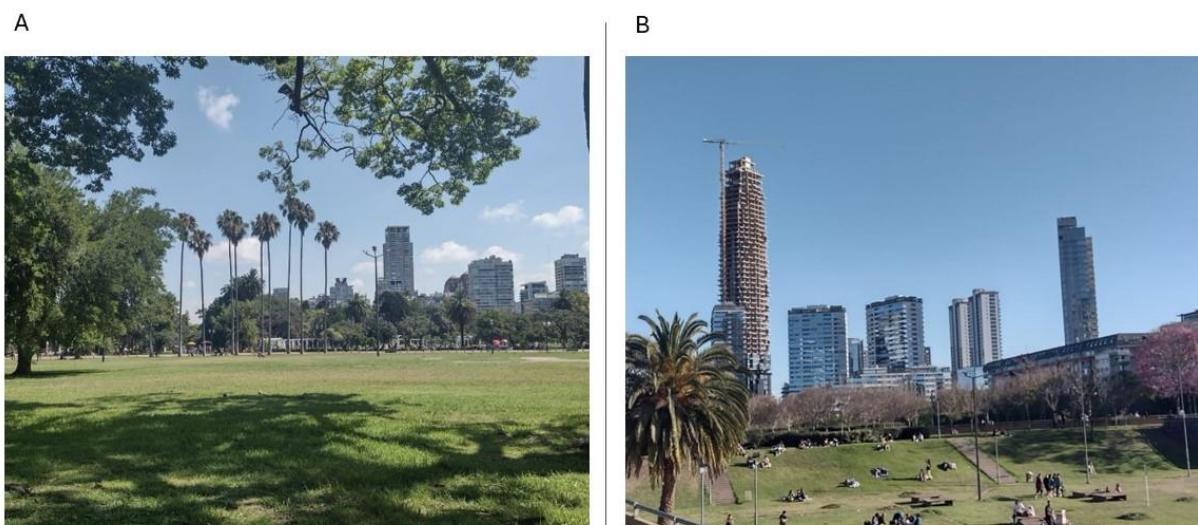
⁷ Empresas presentes nos região de Retiro: Exxon Mobil Corporation, BankBoston, Globant, Pan American Energy, os edifícios de escritórios Torre Catalinas Plaza e Laminar Plaza building, do Banco espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Empresa KPMG, Samsung Electronics Argentina S.A.

paisagísticas estão próximas do cotidiano das pessoas.

Novos exemplos podem ser notados na figura 2, visto que as áreas fotografadas estão inseridas em lugares de um alto padrão imobiliário da Cidade Autônoma de Buenos Aires. A figura A (figura 2) apresenta o Tres de Febrero Park, do bairro de Palermo, que possuiu ligação histórica de construção com o final do século XIX, que por iniciativa do presidente argentino Domingo Faustino Sarmiento, foi criado onde antes se localizava a quinta de Rosas⁸.

A localidade de Palermo destaca-se por uma grande variedade de atributos culturais, informacionais e de acessibilidade para a rede transportes. A vasta oferta gastronômica e boemia, os padrões paisagísticos de contornos verdes, proporcionado pelas florestas que ocupam seu território, a conectividade, os edifícios de elevados custos de aluguel ou de preço do solo urbano, compõem suas propriedades existentes, revalorizando suas áreas⁹ e dando o sentido da qualidade de vida atrelado a lógica de produção espacial capitalista.

Figura 2 - Paisagens verdes em setores nobres da Cidade Autônoma de Buenos Aires (Imagem A - Tres de Febrero Park - Palermo; Imagem B - Região de Puerto Madero).



Fonte: Autores. Trabalho de campo realizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, no bairro de Puerto Madero (outubro de 2023).

⁸ Informações extraídas de site de turismo da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Disponível em: <https://turismo.buenosaires.gob.ar/en/otros-establecimientos/parque-tres-de-febrero>. Acessado em 12 de junho de 2024.

⁹Fonte: <https://www.lanacion.com.ar/propiedades/casas-y-departamentos/solo-uno-en-caba-un-informe-revela-que-son-los-barrrios-mas-buscados-para-vivir-en-todo-el-pais-y-nid12072023/>. Acessado em 20 de junho de 2024.

A figura B (figura 2) coloca em destaque o Micaela Bastidas Park, na região de Puerto Madero. É válido destacar sobre a apropriação histórica da região, que a partir da década de 1990, iniciou-se a reurbanização de antigos celeiros, moinhos e galpões, transformando-os em residências, escritórios, lojas e restaurantes, dando uma nova conotação para o *lugar* (SANTOS, 2002). Esse movimento foi impulsionado por novas forças culturais que surgiram globalmente, focadas na valorização e recuperação do patrimônio histórico urbano. Com a política neoliberal, do início dos anos 1990, ocorreu o processo de venda do patrimônio estatal e a transformação desses espaços para novas funcionalidades mercadológicas. Desse modo, Puerto Madero para a se enquadrar em um movimento de ressignificação de sua estrutura, adentrou ao circuito internacional como uma área de favorecimento para circulação do capital e seus processos de transformação territorial como um meio de ajuste espacial (HARVEY, 2005).

No entorno da região de Puerto Madero, existem escritórios de grandes empresas, bares e restaurantes famosos, uma universidade, hotéis de luxo, museus, cassinos, entre outras atividades associadas ao capital. O bairro foi construído pelo engenheiro Eduardo Madero no ano de 1887, com o intuito de abrir um novo caminho para as relações de transporte marítimo, visando a facilitação para o escoamento de mercadorias. Como espaços verdes, a área conta com uma reserva conhecida como Reserva Ecológica Costanera Sur, Parque Mujeres Argentinas, Raquel Forner Park, entre outras composições de localidades vistas como ecológicas.

Como um contraponto à discussão da modernização do espaço urbano e a inserção de aparatos de inteligência em localidades vistas como de setores estratégicos, a figura 3 reproduz essa diferenciação e conduz ao debate da localização dos pontos ecológicos. A região da Villa 1 - 11 - 14, presente na figura 3, apresenta aspectos de uma região urbana popular, com uma baixa quantidade de espaços verdes e de localização de infraestrutura tecnológica reduzida em relação às outras regiões destacadas no texto.

Figura 3 - Villa 1 - 11 - 14 - Cidade Autônoma de Buenos Aires.



Fonte: Autores. Trabalho de campo realizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, no bairro Bajo Flores (novembro de 2023).

Na cidade de São Paulo (SP), também foram observados contrastes semelhantes aos da cidade de Buenos Aires. No entorno da Avenida Faria Lima (figura 4), foram encontradas localidades com características que conduzissem a discussão da localização dos aparatos das cidades inteligentes ecológicas. A área em questão, situada nas proximidades dos bairros de Pinheiros, Jardim Europa, Jardim Paulistano e Itaim Bibi, é conhecida na cidade de São Paulo (SP) como ponto central do mercado financeiro nacional, na qual perpassam decisões econômicas das grandes corporações multinacionais distribuídas pelo Brasil.

O desenvolvimento da Faria Lima como novo centro financeiro de São Paulo ganhou forma a partir de 1995 com a “Operação Urbana Faria Lima” na gestão da prefeitura de Paulo Maluf (1993–1996). A nova forma dos padrões arquitetônicos dos edifícios e o potencial de grandes áreas para a construção de sedes dos grupos financeiros, levou aos movimentos de verticalização e do adensamento do aparato informacional da localidade (FANTIN, 2024)¹⁰. As

¹⁰ FANTIN, R. São Paulo 470 anos: como a Faria Lima se tornou o principal centro financeiro do país. *Jornal Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/sao-paulo-faria-lima-principal-centro-financeiro-pais/#:~:text=A%20avenida%20Faria%20Lima%20foi,ilumina%C3%A7%C3%A3o%20e%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20de%20equipamentos>. Acessado em junho de 2024.

políticas públicas, por meio da atuação do Estado, caracterizaram o movimento de concentração do capital, dando o sentido a fácil afluência de sua circulação.

Na área encontra-se uma variedade de parques e ruas com um alto índice de arborização, sendo as principais localidades verdes o Parque do Povo Mário Pimenta Camargo, Parque Ibirapuera, Parque Villa-Lobos, culminando na discussão do debate da localização dos espaços vistos como de modernização verde nas proximidades de áreas valorizadas e de circulação do capital.

Figura 4 - Região da Faria - São Paulo (SP)



Fonte: Autores. Trabalho de campo realizado na cidade de São Paulo (SP), no bairro do Itaim Bibi (janeiro de 2024).

O discurso da modernização ultrapassa diversos arranjos e exemplos nos modelos de organização da cidade. Afeta desde objetos que compõem a essencialidade dos diferentes usos sociais cotidianos, a normas e ações voltadas para meios e modos do planejamento urbano e territorial. Desse modo, a cidade e seu território se tornam uma resultante desse movimento de concretização corporativa, conectada ao ideal de consumo e suas manifestações discursivas de

inteligentes, sustentáveis e ecológicas. Essa prerrogativa faz com que padrões ditos modernos estejam associadas a localidades em que o capital está em circulação ou em movimento de especulação imobiliária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada no texto visou contribuir para a compreensão dos novos usos do território no processo de modernização espacial e nos âmbitos de formulação do planejamento empresarial associados à *psicosfera* de consumo de espacialidades verdes. Essa somatória de problematizações empíricas, demonstram como os movimentos de modernização verde das cidades combinam a influência de discursos para a renovação do território com a fragmentação espacial. Tal fato se comprova diante dos exemplos mencionados ao longo do texto, em que nas observações realizadas nos bairros da Cidade Autônoma de Buenos Aires e da cidade de São Paulo (SP), ficaram evidentes os fenômenos dos agrupamentos de áreas de modernização sustentável em proximidade com os lugares de circulação do capital.

A segregação aparece imbricada ao discurso da modernização, uma vez que sua estrutura material/imaterial para a concretização de espacialidades verdes, sustentáveis, ecológicas, não está concretizada de forma homogênea no processo de produção espacial. Desse modo, a constituição de novas formas no espaço geográfico, que o reproduz e o reinventa, distribui novas intenções e composições em seu uso, tornando-o, não mais mero acontecimento das relações sociais, mas um produto, uma mercadoria em constante processo de disputa.

As práticas voltadas para a cidade do consumo estão inseridas dentro do rol de atividades resultante das intencionalidades de agentes da mercantilização do espaço urbano e dos sistemas da globalização econômica. As circunstâncias de comercialização dos elementos e configurações do espaço público, adquirem novos dilemas conceituais que aprofundam os diferentes usos e planejamentos em sua lógica de organização.

Assim, essa reflexão inicial visou apresentar um breve panorama sobre a problemática no sentido de entender como a modernização verde torna-se um produto das ações mercadológicas geradas nos modelos de organização da cidade como objeto de consumo. A condição para entender essas práticas está na análise de como a ocupação empresarial absorve as estruturas destacadas como de sustentabilidade e de resiliência para uma qualidade de vida, gerando os discursos da modernização como solução para os problemas urbanos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAZAR, A. P. Sobre a resiliência dos sistemas urbanos: devem eles ser resilientes e são eles realmente sistemas? **Virus**, São Carlos, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/invited/layout.php?item=1&lang=pt>. Acessado 07 de abril de 2024.

BLANCO, J. Movilidades cotidianas y desigualdades sociales: aproximaciones conceptuales y apuntes para la investigación. In Virgilio, M. M. & Perelman, M (Eds.). **Desigualdades urbanas en tiempos de crisis**, p. 239-254, Santa Fe: UNL/Flacso, 2021.

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez. 2010.

CAVALHEIRO, F.; et. al. Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, v. 7, n.3, p. 1- 2, jul./ago/set.1999.

CIDRAIS, A. O Marketing Territorial aplicado às Cidades Médias Portuguesas: os casos de Évora e Portalegre. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales, Barcelona**, v. 6, 2001.

FANTIN, R. **São Paulo 470 anos: como a Faria Lima se tornou o principal centro financeiro do país**. Jornal Gazeta do Povo, 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/sao-paulo-faria-lima-principal-centro-financeiro-pais/#:~:text=A%20avenida%20Faria%20Lima%20foi,ilumina%C3%A7%C3%A3o%20e%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20de%20equipamentos>. Acessado em junho de 2024.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. v XVI, n. 39, 48-64, 1996.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JÚNIOR, L. M. Articulação de categorias para a análise da financeirização e da produção do espaço no capitalismo contemporâneo. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 23, n. 3, p. 602-618, dez. 2019.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Estudos Geográficos**, v. 10, n. 2, p. 10-25, 2013.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 379-406, maio/ago, 2017.

MACHADO, L. P. Alcance e Limites das Teorias da Modernização. **Revista de Administração Empresarial**, Rio de Janeiro, v 10, n2, p.169-192, jul./set., 1970.

MENDES, T. C. M. Smart Cities: Solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais? **Observatório das Metrópoles/INCT**. Texto para Discussão 011, Rio de Janeiro, 2020.

MENDES, T. C. M. Smart City: na disputa pela hegemonia digital. **E-Metropolis**, Rio de Janeiro, v 1, n. 45, p. 7-23, 2021.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

OUBA (Observatorio Universitario de Buenos Aires). Microcentro, reconversión y después. Puesta en valor y residencialización de una zona histórica de CABA. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2023.

PASQUOTTO, G. B. Os discursos na reabilitação urbana e a dimensão do city marketing: o caso do centro da cidade de São Paulo. **Revista RUA**. v 28, n 2, p. 419-431, 2022.

RIBEIRO, A. C. T.. A paisagem do futuro: escolhas e possibilidades. **Redes**, Rio de Janeiro: Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, v. 2, n. 6, p. 6-16, set/dez 1998.

RIBEIRO, F. P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 211-225, 2012.

RODRIGUES, G. **De 5G a energia: como Curitiba se tornou a cidade mais inteligente do mundo**. Tilt Uol, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/11/16/de-5g-a-energia-como-curitiba-se-tornou-a-cidade-mais-inteligente-do-mundo.htm>. Acessado no dia 23 fevereiro.

SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. 2. ed. Chapecó-SC: ARGOS Editora Universitária, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 05-20., jan/jun 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: Do método a metodologia. **Revista Território**, Ano IV, nº 6, Jan./Jun., 1999.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

VENCESLAU, I. Psicofera e Técnica Digital. **Boletim Campineiro de Geografia**, campinas, vol. 13, no. 2, p. 197–214, 2023.

VIANA, N. Modernidade e pós-modernidade. **Revista Enfrentamentos**, Goiânia, ano 4, n. 6, jan./jun. 2009.